

Coordenadorias fortalecem atuação e defesa da Magistratura

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, implementou, em janeiro, seu primeiro mês de gestão, a Ouvidoria e as primeiras Coordenadorias da Amagis, ampliando

a participação da Magistratura mineira na Associação. As inovações têm como principais objetivos a unidade e o fortalecimento da Classe na defesa dos seus interesses. **PÁGINAS 4 A 13**

União reforça a legitimidade da Associação

PÁGINA 21

BRUNO GONTIJO



Presidente Luiz Carlos recebe 22 desembargadores do TJMG em encontro inédito na sede da Amagis

Minas mostra força no cenário nacional

PÁGINA 9

IZABELA MACHADO



Luiz Carlos e Renata Gil (AMB)

AMAGIS Saúde!
Amagis Saúde oferece serviços de excelência, reafirma avaliação da ANS

PÁGINA 32

Amagis age em defesa de direitos **PÁGINA 15**



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

DECISÃO atua há 20 anos pela Classe **PÁGINA 16 A 18**

Intensidade e dedicação marcam 1º mês da gestão

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS *

Nessa manifestação inicial, queremos compartilhar o entusiasmo e o orgulho de fazer parte da exitosa história de 66 anos da Amagis e da Magistratura. Já no 1º mês, fizemos história ao levar, pela 1ª vez, um juiz a participar, com assento e voz, do Órgão Especial do TJMG. É nosso compromisso estarmos presentes e atuantes em todos os espaços e fóruns nos quais os interesses da Magistratura estejam em discussão.

Desde a posse no dia 3 de janeiro, manifestamos, com indignação, protesto à decisão do Governo de escolher, em ano eleitoral, só uma carreira para dar reposição pela defasagem inflacionária. A Magistratura amarga injustificavelmente perdas de 45% em seus subsídios frente à ausência de correção há seis anos. Isso representa a redução em quase à metade da condição anterior ante a corrosão inflacionária.

Por meio de nossa Coordenação para Assuntos Legislativos e Remuneratórios, estaremos ao lado da AMB, bem como das demais Associações estaduais, para que essa defasagem remuneratória definitivamente acabe.

Somos remunerados exclusivamente por subsídio, que, por previsão constitucional, deve ser atualizado anualmente. Tivemos reunião

com a direção da AMB, que aqui veio reafirmar a importância de nossa parceria, e destacamos essa prioridade máxima. Junto disso, defendemos a aprovação da VTM como reconhecimento a quem dedicou sua vida ao Judiciário, além de condenar a injusta contribuição previdenciária de aposentados.

De nossa parte, não faltará disposição para que a gestão seja de novas conquistas e avanços, com atuação intensa e de muita intensidade como foram os primeiros 30 dias. Por isso, reforçamos o tempo todo que investiremos numa Magistratura, cada vez mais, unida, forte, fraterna e solidária. O sentimento que nos inspira, guia e fez chegar aqui vem embalado pelo que os ex-presidentes e aposentados fizeram por nós e pela Amagis.

É grande a responsabilidade de dirigir a 2ª maior Associação de magistrados da América Latina e que é nossa trincheira de lutas. Além da união da Classe, buscaremos sintonia com outras entidades na defesa de temas de interesse das carreiras de Estado. Colegas, venham sempre à nossa Amagis, lugar de crescimento, estudos e da prática da solidariedade e da força da Magistratura.

(*) Presidente da Amagis

“É nosso compromisso estarmos presentes e atuantes em todos os espaços e fóruns nos quais os interesses da Magistratura mineira estejam em discussão”



PRESIDENTE
JUIZ **LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS**

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

➡ Clique na notícia para abrir a página desejada

DECISÃO

LUIZ CARLOS FAZ HISTÓRIA COMO 1º JUIZ A PARTICIPAR DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJ .03
AMAGIS SE ANTECIPA E REFORÇA ATUAÇÃO LEGISLATIVA EM MINAS E BRASÍLIA .04
COORDENADORIA FORTALECE DEMANDAS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS .06
AMB REAFIRMA PAPEL DA AMAGIS NA DEFESA DA CLASSE EM BRASÍLIA .09
OUVIDORIA FORTALECERÁ LAÇOS DA AMAGIS COM A MAGISTRATURA MINEIRA .10
DIRETORIA AVANÇA NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DA AMAGIS .12
AMAGIS MULHER IRÁ TRAÇAR PERFIL DAS MAGISTRADAS MINEIRAS .13
PRESIDENTE DEFENDE DIREITOS E REPUDIA DIFAMAÇÕES .14
AMAGIS ACOMPANHA AÇÃO SOBRE DESCONTOS INDEVIDOS NO TJMG .15

DECISÃO FAZ 20 ANOS EM FAVOR DA INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CLASSE .16
NOVO PROJETO GRÁFICO MODERNIZA O JORNAL .18
COMUNICAÇÃO ATUARÁ EM TRÊS PILARES ESTRATÉGICOS .19
OBRAS DE GODOFREDO RANGEL E HERMENEGILDO DE BARROS SERÃO REEDITADAS .22
AMAGIS ABRE CONSULTA SOBRE USO DAS COLÔNIAS DE FÉRIAS .25

SAÚDE

AMAGIS SAÚDE ENVIA CARTEIRAS DA CABESP AOS USUÁRIOS DO PLANO .29
CONSELHO GESTOR DEFINE FUNÇÕES E DIRETORIA .30

Luiz Carlos faz história como 1º juiz a participar do Órgão Especial do TJ



Presidentes da Amagis e do TJMG na sessão do Órgão Especial

Pela primeira vez na história do TJMG, um juiz, o presidente da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, participou com assento e voz em uma sessão de seu Órgão Especial. A data, dia 26 de janeiro, pode ser considerada um marco na democratização do Tribunal.

No início dos trabalhos, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, saudou a participação do presidente da Amagis na sessão do Órgão Especial. “O juiz Luiz Carlos é um grande magistrado, tem, em sua carreira, passagem por diversos órgãos, além do TJMG e da própria Amagis. Tenho uma grande admiração por ele, que irá, com certeza, exercer a Presidência da nossa Associação com muita competência e brilhantismo”, afirmou.

O presidente Gilson Lemes destacou ainda que o TJMG está sempre de portas abertas aos magistrados e à Associação. O corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, também deu as boas-vindas ao presidente da Amagis, desejando uma gestão exitosa e profícua em favor de toda a Magistratura mineira.

Segundo o presidente Luiz Carlos, a presença da Amagis nas sessões do Órgão Especial expressa a representatividade da Magistratura mineira, a relevância da Associação, a transparência do TJMG e a consideração do Tribunal com a Classe e a Associação. “A participação da Amagis nas sessões do Órgão Especial, com assento e voz, é fruto do processo democrático no Judiciário mineiro. Quando a Associação se faz presente no Colegiado, nele também estão magistrados e magistradas de todo o Estado”, exaltou Luiz Carlos.

A primeira vez que a Amagis participou de uma sessão do colegiado foi em 23 de julho de 2014, na gestão do então presidente Herbert Carneiro, ex-presidente da Associação do TJMG. Desde então, os presidentes da Amagis têm atuado na defesa da Classe durante as sessões do Colegiado.

Ainda na sessão do dia 26, quatro juízes e quatro juízas foram promovidos pelo Órgão Especial ao cargo de desembargador (a) do TJMG. A posse foi realizada no dia 31 de janeiro. **Veja a relação ao lado e sabia mais na página 24.**

“O juiz Luiz Carlos é um grande magistrado, que tem, em sua carreira, passagem por diversos órgãos, além do TJMG e da própria Amagis. Tenho uma grande admiração por ele, que irá, com certeza, exercer a Presidência da nossa Associação com muita competência e brilhantismo”

Des. Gilson Lemes Soares
Presidente do TJMG

“A participação da Amagis nas sessões do Órgão Especial, com assento e voz, é fruto do processo democrático no Judiciário mineiro. Quando a Associação se faz presente no Colegiado, nele também estão magistrados e magistradas de todo o Estado”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

NOVOS DESEMBARGADORES DO TJMG

- **Rui de Almeida Magalhães**
11ª Câmara Cível
- **Maria Cristina Cunha Carvalhais**
2ª Câmara Cível
- **Fábio Torres de Souza**
5ª Câmara Cível
- **Danton Soares Martins**
5ª Câmara Criminal
- **Luzia Divina de Paula Peixoto**
1ª Câmara Criminal
- **Cristiano Álvares Valladares do Lago**
4ª Câmara Criminal
- **Âmalin Aziz Santana**
9ª Câmara Criminal
- **Maria das Graças Rocha Santos**
9ª Câmara Criminal



Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios discute planejamento e ações em Minas

FIM DO RECESSO PARLAMENTAR

Amagis se antecipa e reforça atuação legislativa em Minas e Brasília

Três dias após sua posse, uma das primeiras medidas do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende de Santos, foi instalar, em 6 de janeiro, a Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios. Na ocasião, foi realizada também a primeira reunião do grupo, antecipando-se ao fim do recesso parlamentar, ocorrido no dia 1º deste mês.

Os integrantes da coordenadoria alinharam as estratégias para a atuação no Congresso Nacional e Assembleia Legisla-

tiva de Minas Gerais (ALMG) e discutiram, entre outros projetos e propostas, a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), em tramitação na Câmara dos Deputados, e o Regime de Recuperação Fiscal (PL 1202/19), em discussão na ALMG.

Outro tema debatido durante a reunião da coordenadoria foi a reposição salarial dos magistrados (veja nota ao lado divulgada no dia 10 de janeiro). O presidente da Amagis reafirmou a importância de uma política remun-

NOTA DE PROTESTO



Amagis se une à AMB e rechaça achatamento e quebra de isonomia pelo Governo Federal

Como havia se manifestado no último dia 3 de janeiro, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) reafirma sua indignação e se une à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em protesto à decisão do Governo Federal de escolher, em ano eleitoral, só uma carreira para conceder reposição pela defasagem inflacionária.

Enquanto isso, a Magistratura amarga injustificavelmente a defasagem de 45% de seus subsídios, frente à ausência de correção há seis anos. Isso representa a redução em quase a metade da condição anterior de cada juiz, frente à corrosão inflacionária.

Precisamos alertar à sociedade brasileira que esse tipo de achatamento não desvaloriza somente a função de juiz, mas enfraquece o Poder Judiciário, um dos pilares da democracia, e atinge frontalmente o cidadão, sobretudo o oprimido e que depende da pronta resposta de todo o sistema de Justiça.

Não é possível admitir que o magistrado veja sua atividade em segundo plano ante outra profissão que possa exercer, como é o caso de professor. Também é inimaginável assistir impassível ao desestímulo da carreira de juiz. Bons profissionais têm deixado a função e optado por outras atividades, quando outrora o caminho era o inverso. Tudo isso, seguramente, face sobretudo à sobrecarga de trabalho que experimenta o magistrado, a ausência de política clara quanto aos seus subsídios, aposentadoria e prerrogativas funcionais.

Lembremos à sociedade que, nos últimos tempos, os juízes responderam a inúmeras provocações face ao drama que se abateu no mundo frente à pandemia da Covid-19. Foram os magistrados chamados a decidir quanto a tratamentos de saúde, medicações, "lockdown", carência no cumprimento de obrigações civis, liberdade de prisioneiros e tantos outros dramas que a legislação pátria não previa.

Talvez o cidadão não tenha percebido, mas foram essas decisões judiciais que impediram saques, conflitos urbanos, rebeliões em presídios e que pacificaram contendas até então inimagináveis. Além disso, a atuação judicial resultou na destinação direta de milhões de reais para o combate ao coronavírus.

Por meio de nossa Coordenadoria para Assuntos Legislativos e Remuneratórios, estaremos ao lado da AMB, bem como das demais Associações Estaduais, para que essa defasagem remuneratória definitivamente acabe.

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

DEFESA DA MAGISTRATURA

neratória capaz de garantir a isonomia na Classe, e adiantou que a Associação irá atuar em âmbito nacional, com a AMB, Associações estaduais de magistrados e outros parceiros, para garantir a reposição dos vencimentos da Magistratura.

“Por meio de nossa Coordenadoria para Assuntos Legislativos e Remuneratórios, estaremos ao lado da AMB, bem como das demais Associações estaduais, para que essa defasagem remuneratória definitivamente acabe”, acentuou Luiz Carlos durante a reunião.

De acordo com o juiz Edmundo José Lavinias Jardim, integrante da coordenadoria, a atuação do grupo no acompanhamento e análise dos assuntos legislativos e remuneratórios da Magistratura mineira irá reforçar o trabalho da Diretoria da Amagis. “Precisamos descobrir espaços para que alcancemos uma situação de maior valorização dos juizes mineiros, possibilitando o desempenho da Judicatura em prol dos jurisdicionados”, reforçou o magistrado.

Na avaliação do juiz Fábio Torres de Souza, membro da coordenadoria, um dos principais desafios do grupo será acompanhar, em Minas Gerais e no Distrito Federal, projetos de lei e propostas de interesse da Classe em tramitação.

“A criação da coordenadoria traz para a ótica de atuação da Amagis temas de muito interesse da Classe, e sinaliza que a atual gestão irá trabalhar incansavelmente por conquistas e pela valorização da Magistratura”, disse.

Para o juiz Lauro Vinicius Nobre de Abrantes, que também integra o grupo, a criação da coordenadoria é salutar na concretização de um projeto que visa, em última instância, estimular a formação de um ambiente plural e democrático, composto por membros de diferentes estratos da carreira, submetidos a distintos regimes jurídicos. “A Coordenadoria deve ser capaz de catalisar as diferentes visões e propostas de seus membros e formar consensos na luta pela consecução e garantia de prerrogativas e direitos inerentes à carreira da Magistratura”, apontou.

Segundo o juiz aposentado Juarez Morais de Azevedo, que também compõe o grupo, o presidente Luiz Carlos deu autonomia para as coordenadorias trabalharem, mesmo estando sob a orientação dele. “A conquista da isonomia será um grande desafio. Hoje, temos algumas categorias na Magistratura. Precisamos que todos sejam valorizados”, pontuou. A juíza Mônica Silveira Vieira, da mesma coordenadoria, também participou do encontro.

“Por meio de nossa coordenadoria, estaremos ao lado da AMB, bem como das demais Associações estaduais, para que essa defasagem remuneratória definitivamente acabe”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

“Precisamos descobrir espaços para que alcancemos uma situação de maior valorização aos juizes mineiros, possibilitando o desempenho da judicatura em prol dos jurisdicionados”

Juiz Edmundo José Lavinias Jardim

“A criação da coordenadoria traz para a ótica de atuação da Amagis temas de muito interesse da Classe, e sinaliza que a atual gestão irá trabalhar incansavelmente por conquistas”

Juiz Fábio Torres de Souza

“A Coordenadoria deve ser capaz de catalisar as diferentes visões e propostas de seus membros e formar consensos na luta pela consecução e garantia de prerrogativas”

Juiz Lauro Vinicius Nobre de Abrantes

“A conquista da isonomia será um grande desafio. Hoje, temos algumas categorias na Magistratura. Precisamos que todos sejam valorizados”

Juiz aposentado Juarez Morais de Azevedo

Você escolhe como deseja receber o Jornal Decisão:

Impresso ou digital

Caso queira receber o jornal da Amagis apenas na versão digital, envie um e-mail para imprensa@amagis.com.br solicitando a mudança.



Coordenadoria fortalece demandas de aposentados e pensionistas

TIAGO PARRELA



Paridade, VTM e fim de tributação sobre a aposentadoria foram temas da primeira reunião da coordenadoria

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, formalizou, no dia 10 de janeiro, a criação da Coordenadoria de Aposentados e Pensionistas da Associação. Entre as primeiras medidas adotadas, está a criação de um canal no site amagis.com.br, exclusivo para informações de interesses de aposentados e pensionistas.

Em mensagem veiculada à Magistratura, no dia 24 de janeiro, por ocasião dos Dia Nacional dos Aposentados, o presidente da Amagis afirmou que a quebra da paridade afetou direitos e prerrogativas da Classe.

Luiz Carlos criticou ainda a cobrança de contribuição previdenciária na aposentadoria e disse que a Amagis não se calará diante desse abuso. Ele também manifestou sua preocupação com o reconhecimento da dedicação dos magistrados, ao defender a proposta de Valorização por Tempo de Magistratura (VTM), e conclamou a todos os aposentados a participarem da vida associativa. “Estejam sempre conosco na Associação. Estamos fazendo um grande planejamento e precisamos de vocês”, adiantou o presidente da Amagis.

Segundo a vice-presidente de Apo-

sentados e Pensionistas da Amagis, desembargadora aposentada Heloísa Combat, a criação da Coordenadoria de Aposentados e Pensionistas foi uma iniciativa muito importante da nova gestão, pois descentraliza o trabalho e aumenta a abrangência da pasta. “Todas as coordenadorias serão muito importantes, pois haverá uma participação maior dos associados”, previu.

COMPOSIÇÃO

Ao avaliar a composição da coordenadoria, a magistrada afirmou que os membros darão significativas contribuições na representação dessa importante parcela da Classe, pois têm larga experiência no associativismo e conhecem bem a Magistratura do interior e da capital. “Estamos em contato permanente. A coordenadoria vai dar uma nova dinâmica na participação dos aposentados e pensionistas”, disse.

Para o juiz Cláudio Figueiredo, membro da subcoordenadoria regional dos aposentados da AMB e da coordenadoria da Amagis, a criação do grupo demonstra o propósito do presidente da Amagis de fazer uma administração agregando valores, com pessoas que já vivenciaram

“Estejam sempre conosco na Associação. Estamos fazendo um grande planejamento e precisamos de vocês”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

“Estamos em contato permanente. A coordenadoria vai dar uma nova dinâmica na participação dos aposentados e pensionistas”

Desembargadora Heloísa Combat
Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis

“Reitero meus cumprimentos, meu aplauso ao presidente Luiz Carlos, no sentido da criação da coordenadoria desse segmento”

Juiz Cláudio Figueiredo
Membro da subcoordenadoria regional dos aposentados da AMB

DEFESA DA MAGISTRATURA

as demandas desse segmento da Magistratura.

Cláudio Figueiredo observou que, entre as pautas de aposentados e pensionistas, tanto no âmbito nacional quanto nacional, estão a isonomia, o fim da taxaço da previdência dos magistrados aposentados e a conquista do VTm. De acordo com ele, a coordenadoria da Amagis se somará ao trabalho realizado pela AMB, em Brasília, em favor desse segmento da classe. “Reitero meus cumprimentos, meu aplauso ao presidente Luiz Carlos, no sentido da criação da coordenadoria desse segmento”, reforçou.

A juíza Marli Maria Braga Andrade, que foi vice-presidente de Aposentados e Pensionistas na última gestão, ponderou que, com sua experiência estadual e nacional, os membros da coordenadoria atuarão para garantir a preservação de direitos e novas conquistas.

A magistrada ressaltou a importância da criação das coordenadorias pelo presidente Luiz Carlos. “As coordenadorias, a meu ver, somam esforços, conhecimentos e atuações em diversas áreas que poderão contribuir para a elaboração e execução das pautas de forma célere e efi-

“As coordenadorias, a meu ver, somam esforços, conhecimentos e atuações em diversas áreas que poderão contribuir para a elaboração e execução das pautas de forma célere e eficiente”

Juíza Marli Maria Braga Andrade
Ex-vice-presidente de Aposentados e Pensionistas

“Tenho certeza de que enfrentaremos dificuldades, mas também que conquistaremos vitórias”

Selma Maria de Oliveira Toledo
Juíza aposentada

TIAGO PARRELA



Luiz Carlos, Heloisa Combat e Cláudio Figueiredo

ciente”, comentou.

Para a juíza aposentada Selma Maria de Oliveira Toledo, hoje em Juiz de Fora (Zona da Mata), a criação da coordenadoria é muito importante para impedir que os aposentados e pensionistas fiquem à margem de discussões relevantes como os subsídios.

Segundo a magistrada, a coordenadoria tem a possibilidade de fortalecer os vínculos da Associação com essa parcela da Classe, pois seus membros têm contato direto com aposentados e pensionistas e conhecem seus anseios e sua realidade. “Tenho certeza de que enfrentaremos dificuldades, mas também que conquistaremos vitórias”.

Para Selma Toledo, a coordenadoria foi criada em boa hora e o presidente da Amagis tem se mostrado interessado em todas as questões da Classe, com uma visão ampla de todos os assuntos pertinentes à Magistratura.

A Coordenadoria de Aposentados é composta pelo desembargador José Antonino Baía Borges, pelas juízas Marli Maria Braga e Selma Maria de Oliveira Toledo e pelo juiz Cláudio Figueiredo. Marlene Fernandes foi designada para coordenadora de Pensionistas.

Sinal vermelho contra a violência doméstica



Solange de Borba Reimberg,
integrante da Amagis Mulher

CNU
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TJMG
Tribunal de Justiça de Minas Gerais

AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

HELOÍSA COMBAT

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis

Desafios da aposentadoria



Em comemoração ao Dia Nacional dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro, a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargadora Heloísa Combat, participou de edição especial do programa Pensamento Jurídico. Nessa entrevista, ela focou os desafios dos magistrados aposentados e o trabalho da Associação para esse importante segmento da Classe.

Como a senhora avalia os primeiros momentos da aposentadoria hoje?

Aposentei-me voluntariamente e, mesmo a opção tendo sido minha, senti-me bem estranha num primeiro momento. Não tinha nada o que fazer em comparação com minha rotina anterior. Nesse aspecto, temos um plano de promover, aqui na Amagis, um curso, uma preparação do associado para a aposentadoria. Não se trata de questões técnicas, como a previdência, mas sim de preparar os magistrados psicologicamente para essa nova fase da vida. Há vida, sim, após a aposentadoria e ela pode ser muito boa.

Existe um momento ideal para começar a transição para a aposentadoria?

A decisão de se aposentar não pode ser tomada abruptamente. Depois, pode haver arrependimento, como me disse um colega que, por uma série de razões, decidiu se aposentar. Mesmos nos casos de aposentadoria compulsória, a chamada expulsória, a pessoa precisa ir se preparando, mentalizando como vai ser a vida depois. Em casos de doença, é mais difícil fazer esse planejamento, mas ele deve ser feito. Tem que haver essa preparação, pois há um baque emocional, sim.

O aproveitamento da experiência dos aposentados é um caminho a ser trabalhado?

Acredito que sim. Os aposentados são muito mal aproveitados, porque eles podem dar uma grande contribuição com sua experiência e vivência, como, por exemplo, de casos importantes que ocorreram na carreira. Os aposentados podem trazer essa experiência não só para os juízes mais jovens, como para a própria sociedade, ministrando palestras, cursos, le-

cionando em faculdades ou atuando na conciliação. A Amagis vai trabalhar muito no sentido de conseguir um melhor aproveitamento dos aposentados, mesmo porque existem reivindicações dos magistrados de continuarem dando sua contribuição ao Judiciário.

Como a diretoria da Amagis trabalhará a questão dos diferentes regimes na Classe?

Há uma insatisfação geral dos aposentados com relação à questão da paridade. Os juízes da ativa receberam vários benefícios, que são bem-vindos. No entanto, isso gera uma discrepância absurda entre os vencimentos da ativa e os proventos dos aposentados, quebrando a paridade. Inclusive é difícil de repor, porque se trata de benefícios como direção de foro e acervo, por exemplo, que não irão continuar para a vida toda, pois eles não incidem nos proventos de aposentadoria. Portanto, inicialmente, penso que seria mais viável a volta dos quinquênios ou adicionais por tempo de serviço, hoje Valorização por Tempo de Magistratura. Isso igualaria os vencimentos, pois incidem sob os proventos de aposentadoria e são válidos para pensionistas também. Os magistrados da ativa devem ficar atentos a isso, pois um dia irão se aposentar.

Como a Amagis irá atuar em Brasília pela aprovação de projetos de interesse dos aposentados?

A Amagis sempre teve um papel muito importante na atuação em Brasília. Com a Coordenadoria de Aposentados e Pensionistas, criada pelo presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, não estarei sozinha nesse trabalho. Conto com a participação de colegas excelentes, com experiência nessa articulação política no Congresso Nacional.

“A Amagis sempre teve um papel muito importante na atuação em Brasília. Com a Coordenadoria de Aposentados e Pensionistas, criada pelo presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, não estarei sozinha nesse trabalho”

AMB reafirma papel da Amagis na defesa da Classe em Brasília

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 3 de fevereiro, na sede da Associação, em Belo Horizonte, a presidente da AMB, juiz Renata Gil, para uma reunião com lideranças da Magistratura mineira.

Foram discutidos temas como a recomposição dos subsídios dos magistrados, que havia sido pauta de reunião, no dia anterior, entre a presidente da AMB e o presidente do STF, ministro Luiz Fux. A Valorização por Tempo de Magistratura (VTM) e a paridade entre magistrados ativos e aposentados também foram debatidos.

O presidente da Amagis ressaltou a confiança da Magistratura no trabalho de Renata Gil, segundo ele, desenvolvido com o propósito de levar adiante os pleitos da Classe.

A presidente da AMB destacou a importância do encontro, do presidente da Amagis com o associativismo e dos magistrados mineiros na aprovação de pautas de interesse de todo o Judiciário. A secretária-geral da AMB, juíza



Reposição dos subsídios, VTM e paridade foram discutidos na reunião

Julianne Freire Marques, participou da reunião.

De acordo com o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, o encontro foi além do debate sobre a situação da Magistratura no País. “Ela [a reunião] significa a nossa unidade. A Amagis sempre caminhou de mãos dadas com a AMB, a nossa legítima representante. E o Luiz Carlos, para nossa esperança, assume a Presidência da Amagis em um momento crucial para a Magistratura”, afirmou.

“Todos temos compreensão das dificuldades que enfrentamos, mas sabemos que você, Renata Gil, é a pessoa certa para construir as pontes necessárias. Estamos trabalhando por uma Magistratura unida e cada vez mais valorizada”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

“O mergulho que o presidente da Amagis faz nos temas da Magistratura coloca Minas Gerais no cenário nacional de debates. Minas é muito importante para o movimento nacional”

Renata Gil
Presidente da AMB

ABRAME

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 20 de janeiro, visita de cortesia da juíza Maria Isabel Fleck, delegada da Associação Brasileira de Magistrados Espíritas (Abrame) – seccional Minas Gerais, e do juiz Clayton Rosa de Resende, diretor pedagógico da instituição. Em nome do presidente nacional da Abrame, juiz aposentado Mario Motoyama, os magistrados entregaram ao presidente Luiz Carlos o calendário anual da Abrame e dois exemplares da revista da associação.

IZABELA MACHADO



Ouvidoria fortalecerá laços da Amagis com a Magistratura mineira

Entre as primeiras ações adotadas pela nova Diretoria da Amagis, no seu primeiro mês de trabalho, está a Ouvidoria da Associação criada pelo presidente Luiz Carlos Rezende e Santos, que, no dia 7 de janeiro, designou o juiz Auro Aparecido Maia de Andrade para o cargo.

Ao assinar a portaria com a indicação, o presidente Luiz Carlos afirmou que uma das missões da Ouvidoria é fortalecer os vínculos da Associação com a Magistratura mineira. “Queremos aproximar, cada vez mais, o associado da Amagis e facilitar sua comunicação direta conosco. O Auro é a melhor pessoa para assumir o cargo de ouvidor e quero agradecer-lhe pela oportunidade de ter uma pessoa tão preciosa ao nosso lado nessa tarefa”, disse.

O juiz Auro de Andrade agradeceu a confiança depositada nele para o exercício da função e se colocou à disposição de todos os associados (ativos, aposentados e pensionistas) para dar continuidade à exitosa história da Associação. “A Ouvidoria da Amagis é multiface-

tária e objetiva, não só a parte administrativa e operacional. Ela tem a missão de abraçar de acolher. É uma maneira de a Associação se colocar mais ao lado de cada um dos associados. Isso é muito gratificante”, adiantou Auro Aparecido.

Com canais de atendimento próprios (e-mail, telefone e no site da Associação), a Ouvidoria da Amagis tem como objetivo auxiliar a Diretoria na escuta do associado, fortalecendo os vínculos de confiança e colaboração com a Classe. A partir dessa relação, pretende promover o aperfeiçoamento permanente dos serviços oferecidos à Magistratura mineira.

O contato com a Ouvidoria da Amagis pode ser feito pelo e-mail ouvidoriadaamagis@amagis.com.br, pelo telefone (31) 3079-3499 e no site amagis.com.br (na barra de menu da página).

AMAGIS SAÚDE

O juiz Auro de Andrade também assumiu a Ouvidoria da Amagis Saúde. O ór-

GEORGIA BAÇVAROFF



Luiz Carlos, presidente da Amagis, e Auro de Andrade, ouvidor

ção acompanha e responde as manifestações recebidas pelos usuários do plano, e gera relatórios ao Conselho Gestor de Saúde, que avalia os dados para adoção de melhorias no plano, quando necessário. A Ouvidoria pode ser contata pelo site amagissaude.com.br (na barra de menu da página).

A Ouvidoria da Amagis Saúde é certificada pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) e pela União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS), garantindo a excelência no atendimento dos ouvidores e suas equipes, seja no ambiente corporativo ou público.

CONGRESSO DA AMB

Inscrições com valores promocionais para o CBM se encerram neste mês

O prazo para inscrições no XXIV Congresso Brasileiro da Magistratura (CBM) com valores de R\$ 400,00 para associados, R\$ 300,00 por pensionista e R\$ 1.200,00 para não associado, correspondentes ao primeiro lote, será encerrado às 23h59, do dia 28 deste mês.

Neste ano, o congresso será realizado em Salvador (BA), entre os dias 12 e 14 de

maio. O evento da AMB está sendo promovido com o apoio da Associação dos Magistrados da Bahia, e terá, como tema, a Justiça Digital.

Durante o encontro, serão realizados debates técnicos, conferências e a assembleia geral da AMB. A parte científica do evento será coordenada pelo ministro Luis Felipe Salomão (STJ), que é diretor do

Centro de Pesquisas Judiciais da AMB.

O congresso tem como objetivos promover o aprimoramento do Judiciário brasileiro, contribuir para o fortalecimento das ações institucionais e permitir o conhecimento sobre a evolução da Magistratura brasileira. **Clique no botão ao lado e acesse o site do evento.**

SAIBA
MAIS



JUIZ AURO APARECIDO MAIA DE ANDRADE

Ouvidor



BRUNO GONTIJO

Ouvidoria reforçará a integração

Facilitar o acesso à Amagis e seus departamentos, formalizar as manifestações dos associados e dar respostas rápidas e eficazes aos encaminhamentos feitos. Esses, de acordo com o juiz Aparecido Maia de Andrade, ouvidor da Amagis, são os objetivos do órgão instalado pela nova gestão da Amagis no dia 7 de janeiro.

Qual o caráter e objetivos da Ouvidoria da Amagis?

A Ouvidoria da Amagis é mais uma porta de comunicação para que o associado se sinta mais próximo de sua Associação. Seu objetivo é facilitar esse acesso, já que sempre existiram os caminhos junto à Presidência, à Diretoria em geral, demais órgãos e setores da Amagis. A Ouvidoria foi implantada para ser canal em que a manifestação do associado (seja um elogio, uma sugestão ou uma eventual reclamação) possa ser acolhida de maneira formal, direcionada ao respectivo setor, acompanhada, solucionada e respondida ao interessado, tudo dentro de um agendamento.

Como ela pode contribuir para a interlocução entre a Associação e os magistrados?

A contribuição da Ouvidoria reside exatamente em ser mais essa porta de acesso à Amagis, possibilitando ao associado que seu contato ou manifestação seja destinado ao setor competente, e ali acompanhado até sua solução e resposta/informação ao interessado, com monitoramento constante e sempre se buscando observar a maior brevidade possível.

De que forma a Ouvidoria pode auxiliar no aperfeiçoamento dos serviços da Associação?

Sendo um dos canais de comunicação entre a Associação e o(a) magistrado(a), as sugestões, os anseios, as necessidades e as reclamações podem – e assim se espera – ser referenciais para o aprimoramento dos serviços e também a implementação de novos a serem disponibilizados ou prestados aos associados. Somente o destinatário desses serviços, ou seja, os associados e seus familiares, é que realmente têm condição de aferir a eficiência

e a eficácia da atuação da Associação e, também, apontar ou sugerir alguma outra atividade a partir de suas necessidades.

Qual a importância da Ouvidoria para a Amagis Saúde?

A Amagis é uma só. A Amagis Saúde é um importante serviço prestado com reconhecida qualidade e eficiência e se destina aos associados. Nestes tempos difíceis de pandemia, isso ficou ainda mais nítido para nós. Todos nós associados nos sentimos seguros com os serviços que nos foram disponibilizados e prestados.

Trata-se de uma atividade com particularidades mais que especiais, e considerando a elevada qualidade técnica de seus servidores. A Ouvidoria poderá contribuir para que os serviços sejam ainda mais aperfeiçoados.

Ademais, a Ouvidoria se encontra estruturada para funcionar de modo ágil e prático em toda a extensão da Amagis, o que, inclusive, facilita sobremaneira para o associado.

De que forma ela pode contribuir para os serviços do plano?

A Ouvidoria, como já salientado antes, é a porta para as manifestações do associado, inclusive para apresentar suas necessidades e sugestões. Nesse aspecto, tem-se que, a partir da realidade de cada associado, obviamente, a Amagis Saúde buscará acompanhar e aprimorar os serviços do plano de saúde. Como exemplo, se anota que se espera dos associados que façam a indicação de profissionais de saúde e estabelecimentos a serem credenciados etc.

A Ouvidoria foi implantada para ser canal em que a manifestação do associado (seja um elogio, uma sugestão ou uma eventual reclamação) possa ser acolhida de maneira formal.

"A Ouvidoria foi implantada para ser um canal em que a manifestação do associado (seja um elogio, uma sugestão ou uma eventual reclamação) possa ser acolhida de maneira formal"

Diretoria avança na implementação da Escola da Magistratura da Amagis

Em reunião realizada no dia 25 de janeiro, um importante passo foi dado para a implementação da Escola da Magistratura da Associação, com a entrega das propostas de minuta do estatuto, planejamento estratégico e plano de ação para 2022, ao vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira.

O desembargador encaminhou ao Departamento Jurídico da Amagis pedido de parecer sobre a compatibilidade das propostas apresentadas com o Estatuto da Amagis. Maurício Ferreira solicitou ao presidente da Amagis a criação de uma comissão especial para estudo e recebimento de sugestões que visem à elaboração

AMAGIS



Escola da Amagis ofertará cursos para associados e familiares

do estatuto da Escola.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, uma sala foi disponibilizada, na sede da Asso-

ciação, para reuniões de consultoria e formatação da escola. Também participaram da reunião, o professor Plauto Cardo-

so, designado consultor do projeto de criação da escola, e o juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, ouvidor da Associação.

FORMAÇÃO

Amagis e TJMMG discutem projetos culturais

Os presidentes da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), desembargador Fernando José Armando Ribeiro, e o desembargador Franklin Hígino Caldeira Filho reuniram-se, no dia 18 de janeiro, na sede da Associação, em Belo Horizonte, para discutir a implantação de projetos culturais voltados à Magistratura.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, com a ampla formação, conhecimento sólido e experiência acadêmica, os desembargadores Fernando Armando e Franklin Hígino darão valiosas contribuições no desenvolvimento de novos projetos.

O presidente do TJMMG é colaborador assíduo da revista MagisCultura Mineira, doutor em Direito pela UFMG e professor adjunto dos cursos de bacharelado, mestrado e doutorado da PUC-Minas.

IZABELA MACHADO



Fernando Armando, Luiz Carlos e Franklin Hígino

Com mestrado em Direito pela UFMG, o desembargador Franklin Hígino também tem vasta experiência acadêmica. Foi professor na Escola Superior do Ministério

Público, coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas da Escola Superior Dom Helder Câmara e dos Cursos Jurídicos do Pro Labore.

Amagis Mulher irá traçar perfil das magistradas mineiras

Atualmente, 354 juízas e desembargadoras integram o Judiciário mineiro. Para definir suas ações com mais precisão, a coordenadoria Amagis Mulher, instalada formalmente pelo presidente da Amagis, juiz Carlos Rezende e Santos, no dia 14 de janeiro, irá traçar o perfil das magistradas do Estado.

De acordo com a diretora da Amagis Mulher, juíza Roberta Chaves Soares, além ser importante para a coordenadoria estabelecer metas de acordo com a realidade e necessidade das magistradas mineiras, o perfil é também uma forma de que elas sejam ouvidas já no planejamento das ações da Amagis Mulher.

“Todas as juízas e desembargadoras associadas a Amagis serão contatadas e ouvidas

pela Amagis Mulher. Elas também podem entrar em contato com a coordenadoria espontaneamente. Poderão participar de eventos, reuniões, dar sugestões e acompanhar as ações, pesquisas e trabalhos da Amagis Mulher”, adiantou Roberta Chaves.

Segundo a diretora, inicialmente, a coordenadoria atuará em três frentes. Uma das principais se refere ao combate às discriminações sofridas no exercício profissional por serem mulheres, e em questões relacionadas à violência doméstica e familiar, da qual possam ser vítimas.

Em defesa da valorização profissional das magistradas, a Amagis Mulher deverá criar espaços para divulgação de trabalhos sobre a judicatura,

GEORGIA BAÇVAROFF



Coordenadoria atuará pela valorização das magistradas

como artigos jurídicos. Também serão realizados convênios específicos, voltados à melhoria da qualidade de vida, autoestima e saúde das mulheres. “Importante destacar que todas as ações da Amagis Mulher serão igual-

mente direcionadas para as aposentadas”, afirmou Roberta Chaves. Além dela, a Coordenadoria Amagis Mulher é composta pelas juízas Bárbara Lívio, Daniela Cunha Pereira, Juliana Mendes Pedrosa e Solange de Borba Reimberg.

VALORIZAÇÃO DA MULHER

Amagis apoia realização de Encontro do Cocevid

Como parte das ações voltadas para a valorização das mulheres, a Diretoria da Associação, por meio da Amagis Mulher, apoiou a realização do Encontro do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), realizado no dia 3 deste mês, no TJMG.

O apoio foi anunciado durante reunião realizada em 28 de janeiro, quando o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu as desembargadoras Ana Paula Caixeta, superintendente da Coordenadoria

da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, e Paula Cunha e Silva, presidente do Cocevid, na sede da Associação.

A presidente do Colegiado ressaltou a importância da parceria com a Amagis para os magistrados desempenharem sua missão. “A Associação, como ressaltou o nosso presidente Luiz Carlos, é a nossa Casa e, ao oferecer seu valioso apoio, a Amagis fortalece e ampara a atuação judicante de nós magistradas”, afirmou a desembargadora Paula Cunha.

A vice-presidente Administrativa da Amagis, ju-

AMAGIS



Associação apoia iniciativa de magistradas

íza Rosimere das Graças do Couto, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, e o diretor de Patri-

mônio, desembargador Octavio Augusto De Nigris Bocalini, também participaram da reunião.

Presidente defende direitos e repudia difamações

Em defesa da Magistratura, seus direitos e prerrogativas, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, divulgou notas públicas nos dias 11 e 17 de janeiro. Na primeira, ele contestou notícia veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo (Estadão) sobre pagamentos feitos a magistrados mineiros. Na segunda, o presidente da Associação repudiou campanhas difamatórias contra a Classe e o Judiciário.

Com relação à matéria publicada no Estadão, o presidente Luiz Carlos afirmou que os magistrados mineiros recebem seus subsídios de acordo com a legislação vigente, e que os vencimentos de juízes e desembargadores guardam proporcionalidade com os dos ministros do STF.

O presidente da Amagis também esclareceu que os valores pagos acima dessa limitação constitucional são referentes a direitos garantidos por lei e a passivos devidamente reconhecidos pelo TJMG e regulamentados pelo CNJ, como acontece em outros estados. Luiz Carlos frisou que, diante das dificuldades orçamentárias, esses direitos são pagos de maneira parcelada e segundo a disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal.

O magistrado também ressaltou o fato de a Magistratura amargar a defasagem de 45% de seus subsídios, frente à ausência de correção há seis anos. Sobre a reportagem, Luiz Carlos concluiu: “São equívocos que se repetem a cada ano por desconhecimento e desinformação, sem falar das constantes campanhas de desconstrução do Judiciário, quando confundem pagamento de direitos com privilégios ou teto do funcionalismo”.

Na semana seguinte, diante da divulgação de conteúdo difamatório, o presidente Luiz Carlos repudiou críticas ao auxílio-moradia pago a magistrados. Ele observou que os juízes têm atuação itinerante por diversas comarcas e reiterou a defesa de direitos, como a indenização por férias vencidas e férias-prêmio acumuladas.

“Essas manifestações contra a Magistratura partem, em sua maioria, de rede de fake News e, principalmente, de campanhas caluniosas sistemáticas contra uma Classe que atua, rigorosa e permanentemente, dentro das leis e da Constituição”, afirmou o presidente da Amagis.

“Essas manifestações contra a Magistratura partem, em sua maioria, de rede de fake News e, principalmente, de campanhas caluniosas sistemáticas contra uma Classe que atua, rigorosa e permanentemente, dentro das leis e da Constituição”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis



Amagis refuta detratores da Magistratura e do Judiciário

Mais uma vez, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) se manifesta publicamente para rebater e refutar ataques de detratores da Magistratura e do Judiciário em desrespeito à verdade, à honra e reputação de uma classe ativa e digna.

Como já dissemos no início da semana, além de equívocos e desinformação, existem também as constantes campanhas difamatórias do Judiciário, quando desconstruem e desclassificam nossos direitos como privilégios. Criticaram também o auxílio-moradia pago a magistrados que têm atuação itinerante por diversas comarcas, e que, de acordo com o difamador de plantão, representa apenas 1% de todo o conjunto da Magistratura nacional ao contrário de outros órgãos que, além de residência funcional própria, pagam o auxílio.

Nenhum magistrado recebe acima do teto constitucional do funcionalismo, conforme já divulgamos. Em vez disso, tem direitos, sim, previstos nas leis e na Constituição, como a indenização por férias vencidas e férias-prêmio acumuladas. Nada disso, porém, afeta os cofres públicos como acontece em outras atividades, como as empresariais, onde alguns se beneficiam de privilégios benéficos e renúncias fiscais.

Essas manifestações contra a Magistratura partem, em sua maioria, de rede de fake News e, principalmente, de campanhas caluniosas sistemáticas contra uma Classe que atua, rigorosa e permanentemente, dentro da lei e da Constituição.

Disseminam mentiras e desinformações sem a necessária e responsável checagem, até porque não há interesse de compartilhar e respeitar a verdade.

Muitos desses detratores da Magistratura ganham a vida reproduzindo fake News, ainda que sejam, muitas vezes, condenados judicialmente por suas calúnias. Outros falsos defensores dos “pagadores de impostos” querem fazer desses ataques trampolim para se elegerem no final deste ano.

Infelizmente, o país vive uma crise moral e de caráter, protagonizada por aqueles que recorrem a atitudes antidemocráticas cujo único objetivo é enfraquecer as instituições e o Estado de Direito. A Amagis está atenta e vigilante, para, no momento certo e adequado, tomar as providências cabíveis.

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2022

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis



Amagis contesta notícia equivocada sobre direitos de magistrados e repudia privilégios

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público contestar reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, desta terça-feira, 11/1, sobre pagamentos feitos a magistrados mineiros. São equívocos que se repetem a cada ano por desconhecimento e desinformação, sem falar das constantes campanhas de desconstrução do Judiciário, quando confundem pagamento de direitos com privilégios ou teto do funcionalismo.

Que fique claro: nenhum desembargador ou juiz recebe subsídios acima do teto do funcionalismo. De acordo com a legislação vigente, seus vencimentos guardam proporcionalidade com os dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Os valores pagos acima dessa limitação constitucional referem-se a direitos garantidos por lei e a passivos devidamente reconhecidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais e regulamentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como acontece em todos os outros estados. Diante das dificuldades orçamentárias, são pagos de maneira parcelada e segundo a disponibilidade orçamentária/financeira do Tribunal.

Por diversas razões, entre elas, a principal, a necessidade de serviço (a conhecida alta carga processual), magistrados têm férias, ou parte delas, suspensas e, em função disso, recebem a respectiva indenização, direito igualmente regulamentado pelo CNJ.

Ao contrário dos funcionários da iniciativa privada, magistrados não têm direito a FGTS, optando por não gozar o direito às férias-prêmio durante toda a carreira para receber, em espécie, o valor correspondente por ocasião de sua aposentadoria. Esse direito é garantido por lei a todos os servidores públicos, não só os do Judiciário.

Mais uma vez, contestamos e repudiamos avaliações que comparam nossos direitos a “privilégios intocáveis”. Tanto é que, no dia 3 de janeiro, denunciamos a decisão do Governo federal de escolher, em ano eleitoral, só uma carreira para conceder reposição pela defasagem inflacionária.

Longe de regalias, a Magistratura amarga injustificavelmente a defasagem de 45% de seus subsídios, frente à ausência de correção há seis anos. Isso representa a redução em quase a metade da condição anterior de cada juiz diante da corrosão inflacionária.

Esse tipo de achatamento não desvaloriza somente a função de juiz, mas enfraquece o Poder Judiciário, um dos pilares da democracia, e atinge frontalmente o cidadão, sobretudo o oprimido e que depende da pronta resposta de todo o sistema de Justiça.

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

Amagis acompanha ação sobre descontos indevidos no TJMG

No dia 24 de janeiro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, discutiu o andamento da ação ordinária promovida pela Associação referente a valores descontados indevidamente de magistrados. Participaram do encontro, o juiz Juarez Moraes de Azevedo, integrante da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios da Amagis, e o desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini, diretor de Patrimônio da Associação.

Na ação, a Amagis pugna pela inconstitucionalidade da incidência de Imposto de Renda nas parcelas pagas a título de juros de mora dos valores devidos referentes à URV e Equivalência Salarial. O processo retornou para a 5ª Câmara Cível do TJMG, para novo julgamento, após o STF considerar “não ser recepcionada pela Constituição de 1988 a incidência de Imposto de Renda por exercício de emprego, cargo ou função”.

Segundo o presidente Luiz Carlos, a Amagis acompanha o processo no Tribunal, assim como faz em todas as ações de interesse da Magistratura, para tomar prontamente as pro-

AMAGIS



Arivaldo Resende, Luiz Carlos, Juarez Moraes, Eduardo Vecchi e Octavio Boccalini

vidências necessárias, após decisão da 5ª Câmara Cível, primando sempre pelo diálogo institucional com o TJMG em favor dos interesses da Classe.

MEDIDAS

Entre as medidas já adotadas pela Amagis com relação a esses descontos, está o requerimento apresentado em setembro passado. No documento, foi feita solicitação para que seja informado se as diferenças de URV e Equivalência Salarial pagas a magistrados e pensionistas são tributadas, quando foram refeitos os cálculos de tais diferenças (considerando a incidência de juros moratórios), e se o pagamento de parcelas referentes a esses

juros é atualmente sujeito à tributação de imposto de renda.

A Associação também solicitou esclarecimentos para saber se as parcelas de URV e Equivalência Salarial, anteriormente pagas, foram abatidas do principal ou do acessório (juros). E a ocorrência efetiva da incidência de imposto de renda sobre as parcelas preteritamente pagas como principal, que, posteriormente, após o recálculo, passaram a ser consideradas como acessórios (juros).

O coordenador do Departamento Jurídico da Amagis, José Eduardo Vecchi Prates, e o advogado Arivaldo Resende de Castro Júnior, patrono da Amagis na ação, participaram da reunião.

RECONHECIMENTO

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 21 de janeiro, homenagem da Comarca de Frutal (Triângulo Mineiro) entregue pelo juiz Gustavo Moreira, diretor do Foro da comarca, durante encontro realizado na sede da Associação. O presidente Luiz Carlos não pode comparecer à cerimônia de entrega, no dia 15 de dezembro, em razão do nascimento de sua neta, Liz Rezende, ocorrido no mesmo dia.

GEORGIA BAÇVAROFF





2002
O DECISÃO registrou a participação de aproximadamente 300 associados no lançamento do Integramagis, no dia 2 de agosto.

ESPECIAL



2003
A inauguração do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), em 3 de outubro, recebeu destaque do jornal.



DATA HISTÓRICA

DECISÃO faz 20 anos em favor da integração e valorização da Classe

Neste mês, o jornal DECISÃO completa 20 anos de trabalho pela integração e valorização da Classe. O periódico, distribuído mensalmente para magistrados, associações de classe e representantes do três Poderes nas esferas estadual e nacional, foi criado na gestão do desembargador Doorgal Borges de Andrada, que presidiu a Amagis durante o biênio 2002-2003.

Segundo o magistrado, a criação do DECISÃO teve como propósito instituir uma ferramenta de comunicação capaz de tornar a Magistratura mineira mais conhecida e valorizada. “A ideia era a criação da comunicação com o público interno e externo, para que saíssemos do quase anonimato”, observou.

Doorgal Andrada destacou que o jornal foi importante para tornar os atos de sua gestão ainda mais trans-

parentes. “Sempre entendi que uma Associação, cujo patrimônio pertence a uma coletividade, deve ser transparente e manter espaços para interação com os associados”, disse.

A integração da classe foi uma das funções desempenhadas pelo DECISÃO ao longo dessas duas décadas, seja na publicação de entrevistas, artigos e iniciativas cidadãs e inovadoras dos magistrados em suas comarcas, ou na veiculação de notícias sobre con-

quistas de defesa das prerrogativas e direitos da Classe.

Na sua primeira edição, o jornal noticiou a posse da diretoria presidida por Doorgal Andrada e trouxe uma entrevista com o desembargador aposentado Tibagy Salles Oliveira, então vice-presidente Administrativo da Associação. O DECISÃO também registrou fatos históricos da Amagis como a criação do Integramagis, em 2002, e a inauguração do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT).

“Quero aproveitar para parabenizar a atual Direção da Amagis e a Ascom pelas constantes melhorias no DECISÃO, que, como dito, foi inspirado dentro de um conjunto de iniciativas voltadas para a comunicação social”

Desembargador Doorgal Andrada
Ex-presidente da Amagis



Evolução gráfica do Decisão: 2002



2004



2009



2009

Desde o seu lançamento, em 20 de março, a revista MagisCultura sempre esteve presente nas páginas do DECISÃO.

ESPECIAL



2011

A criação do Amor à Vida, em 18 de agosto, teve cobertura especial e passou a ser divulgado periodicamente pelo jornal.



Em 2007, na gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, a reportagem do DECISÃO cobriu o início das atividades da gestão itinerante. O trabalho junto ao Legislativo e a mobilização da Classe receberam atenção especial do jornal, como na assembleia realizada em 9 de agosto de 2013, na gestão do então desembargador Herbert Carneiro, da qual participaram 402 associados.

Ao longo dos anos, o DECISÃO passou por mudanças gráficas, acompanhando as tendências mais avançadas do mercado editorial e proporcionando, a cada inovação, uma leitura mais agradável ao público. Nesta edição comemorativa não foi diferente. **Saiba mais sobre o novo projeto gráfico na página 18.**

Em 2015, foi feita uma reformulação editorial no jornal e o DECISÃO passou a trazer ao leitor um conteúdo de caráter analítico, no qual é consolidado de maneira aprofundada o trabalho diário realizado

pela Amagis em defesa da Classe.

Na avaliação da diretora de comunicação da Amagis, juíza Daniela Cunha Pereira, a longevidade conquistada pelo DECISÃO é expressão do trabalho desenvolvido pelas gestões da Associação que, ao longo da história, têm demonstrado a compreensão da importância da comunicação institucional para o fortalecimento do associativismo mineiro e da Classe. “A Comunicação desempenha papel estratégico na integração e valorização da Magistratura, tanto no trabalho junto ao público interno quanto externo. E o jornal DECISÃO cumpre um importante papel em favor da Classe”, afirmou.

ESTRATÉGICO

De acordo com o desembargador Doorgal Andrada, o DECISÃO foi criado no conjunto de ações estraté-

gicas de comunicação, que ao mesmo tempo tinham como objetivo valorizar a participação interna da Classe e fortalecer a imagem da Associação. Nesse contexto, foi criado um caderno de sentenças, uma revista literária e o site modernizado.

Para o desembargador, passados 20 anos, é confortante ver que, hoje, o DECISÃO pertence de forma permanente à vida da Amagis, é aprimorado e modernizado a cada gestão, tendo surgido num período em que pouco acreditavam na necessidade do jornal, e muitos eram até contrários a ideia.

“Quero aproveitar para parabenizar a atual Direção da Amagis e a Ascom pelas constantes melhorias no DECISÃO, que, como dito, foi inspirado dentro de um conjunto de iniciativas voltadas para a comunicação social”, reconheceu o desembargador Doorgal Andrada.

“A comunicação desempenha um papel estratégico na integração e valorização da Magistratura, tanto no trabalho junto ao público interno quanto externo. E o jornal DECISÃO cumpre um importante papel em favor da Classe”

Juíza Daniela Cunha Pereira
Diretora de Comunicação da Amagis



2016



2019



2022

Comunicação atuará em três pilares estratégicos

Como parte das ações administrativas realizadas no seu primeiro mês de gestão, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, nomeou, no dia 19 de janeiro, a juíza Daniela Cunha Pereira, da Comarca de Ibitité, para o cargo de diretora de Comunicação.

Após a nomeação, foi realizada uma reunião entre o presidente da Amagis, a nova diretora e a equipe de Comunicação, quando também foi alinhada a estratégia de atuação do departamento para o próximo triênio.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, a comunicação da Amagis trabalhará sobre três pilares principais: conteúdo institucional das ações da Associação, valorização e defesa da Classe, como em questões relacionadas a pagamentos e outros assuntos de interesse da Magistratura, e divulgação do Centro de Estudos, que será criado pela Diretoria da Amagis.

Segundo a juíza Daniela Pereira, o planejamento das ações é fundamental para que o Departamento de Comunicação, alinhado ao trabalho estratégico dos próximos anos, possa definir suas atividades. Para ela, essas iniciativas devem respeitar a experiência acumulada

AMAGIS



Assessoria atua no apoio institucional e valorização da Classe

em gestões anteriores, ao mesmo tempo em que tragam inovações para atender às atuais demandas da Magistratura.

O Departamento de Comunicação da Amagis é responsável pela atualização diária do site amagis.com.br, edição do Jornal DECISÃO, das revistas MagisCultura e Amagis Jurídica, dos programas de TV Pensamento Jurídico e Via Justi-

ça, e mediação da relação da Associação com a imprensa.

A comunicação da Amagis é coordenada pelo jornalista Bruno Gontijo e conta com o trabalho dos jornalistas Izabela Machado, Geórgia Baçvaroff, Tiago Parrela, e com a colaboração de Max Leandro, Sabrina Ribeiro e Anderson de Jesus.

INTERINSTITUCIONAL

Amagis e AMMP reafirmam parceria

GEORGIA BAÇVAROFF



Diálogo fortalece defesa dos interesses das duas carreiras

No dia 12 de janeiro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu a visita da presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Larissa Rodrigues Amaral, e da 1ª vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro. E, no dia 3 de fevereiro, o magistrado participou da solenidade de posse da nova diretoria da AMMP.

Luiz Carlos observou que a AMMP foi uma importante parceira da Amagis nos debates sobre a reforma da Previdência estadual, e destacou a relevância do diálogo para a Associação fortalecer a defesa dos interesses das duas carreiras de Estado.

A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere do Couto, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, e o juiz Marcelo Augusto Lucas Pereira participaram da reunião.

Breves notas sobre as fontes do direito e o TJ da União Europeia

O direito consolidado da UE tem efeito nas legislações dos seus Estados-membros

MAURÍCIO FERREIRA CUNHA*

A União Europeia, como sabido, é composta por 27 (vinte e sete) Estados-membros e tem seu eixo alicerçado, fundamentalmente, nos “valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres” (art. 2º do Tratado da União Europeia). É uma comunidade única entre países europeus, cobrindo a maior parte daquele continente.

Para além, tem personalidade jurídica e, como tal, uma ordem jurídica própria, distinta, evidentemente, do direito internacional, é dizer, o direito consolidado da União Europeia tem um efeito, direto ou indireto, nas legislações dos seus Estados-membros e, conseqüentemente, torna-se parte integrante do sistema jurídico de cada Estado-membro.

Por tais razões, afirma-se que funcionam como verdadeiras fontes do direito da União: o Tratado da União Europeia, o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, bem como seus respectivos protocolos, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia da Energia Atômica, Acordos internacionais, Princípios Gerais do Direito da União e a legislação secundária (de se destacar que, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1.9.2009, reconheceu-se valor idêntico à Carta dos Direitos Fundamentais). Em síntese, os tratados e os princípios jurídicos gerais ostentam status de direito primário, enquanto que, num nível inferior, surge o que poderíamos chamar de direito derivado, cuja validade dependerá da compatibilidade com os atos e os acordos hierarquicamente superiores.

Parte-se da ideia, portanto, de que o primado do direito da União Europeia é pilar fundamental da ordem jurídica, pois visa garantir a unidade e a coerência necessárias, instituindo-se um sistema completo de vias recursais e de procedimentos, mecanismos autorizadores para que o órgão responsável por tal missão, o Tribunal de Justiça da União Europeia, criado em 1952, atue, precipuamente, na garantia do respeito ao direito na interpretação e na aplicação dos Tratados. O presente entendimento, aliás, fora reafirmado em alguns processos históricos, dentre os quais destacam-se C-26/62 - Van Gend en Loos/Administratie der Belastingen e C-6/64 - Costa/E.N.E.L., assentando que o direito da União goza de evidente prevalência, inclusive, em relação aos direitos fundamentais estipulados nas constituições nacionais, como destacado no processo C-11/70 - Internationale Handelsgesellschaft mbH/Einfuhr- und Vorratsstelle für Getreide und Futtermittel.

O Tribunal de Justiça da União Europeia, assim: a) fiscaliza a legalidade dos atos das instituições da União Europeia; b) assegura o respeito, pelos Estados-Membros, das obrigações decorrentes dos Tratados, e c) interpreta o direito da União a pedido dos juízes nacionais.

Constitui-se, pois, na autoridade judiciária da União Europeia e vela, em colaboração com os órgãos jurisdicionais dos Estados-membros, reitera-se, pela aplicação e interpretação uniformes do direito da União.

Com sede em Luxemburgo, país localizado estrategicamente no centro da Europa que faz divisa com a Alemanha, a França e a Bélgica, é composto por duas jurisdições: o Tribunal de Justiça (com 27 juízes - um de cada Estado-membro, 11 advogados-gerais e 1 secretário) e o Tribunal Geral (criado em 1988 e que tem 49 juízes e, também, 1 secretário). O Tribunal da Função Pública, criado em 2004, cessou suas atividades em 1.9.2016, depois da

transferência, para o Tribunal Geral, das suas competências no contexto da reforma da arquitetura jurisdicional da União.

Vale apontar aliás, que, uma vez que cada Estado-Membro tem a sua própria língua e o seu sistema jurídico específico, o Tribunal de Justiça é, necessariamente, uma instituição multilíngue (são 24 línguas oficiais da União, 552 combinações linguísticas e 3 alfabetos, a saber, latino, grego e cirílico). O seu regime linguístico, aliás, não tem equivalente em nenhuma outra jurisdição do mundo, visto que cada uma das línguas oficiais da União pode ser língua de processo (há 900 juristas linguistas e intérpretes para o desempenho de tais funções). Respeita-se assim, obrigatoriamente, a um multilinguismo integral diante da necessidade de se comunicar com as partes na língua do processo e de assegurar a difusão dos entendimentos consolidados para todos os Estados-Membros (anualmente, cerca de 1.170.000 páginas são produzidas pelo serviço da tradução, bem como aproximadamente 445 audiências e reuniões são realizadas com as devidas traduções).

Por fim, mas não menos importante, outros dados estatísticos que bem representam a magnitude da instituição passam pela administração de um orçamento de 444 milhões de euros (estabelecido para o exercício do ano de 2021) e pelo tempo médio de duração de um processo de 15,4 meses (seja no Tribunal de Justiça, seja no Tribunal Geral), havendo, ainda, uma força laboral de 2.235 pessoas (1.359 mulheres e 876 homens, dentre funcionários, agentes temporários e contratuais, com idade média de 46 anos), sendo 61% de mulheres.

Sem dúvidas, uma estrutura complexa, mas com real capacidade material/humana para responder aos anseios da comunidade europeia.

(*) Juiz da Comarca de Poços de Caldas. Doutor em Direito e professor da PUC Minas.

Encontro inédito com desembargadores reafirma legitimidade da Amagis

Em um encontro inédito, realizado no dia 27 de janeiro, o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu 22 desembargadores do TJMG na sede da Associação, em uma importante demonstração de unidade da Magistratura mineira.

De acordo com o presidente da Amagis, o encontro com os desembargadores, entre eles ex-presidentes da Associação, fortalece os laços da Magistratura em favor de uma gestão profícua, ativa e harmoniosa, cujo objetivo é a valorização da Classe.

“O que queremos é fazer a Magistratura cada vez mais unida, forte, fraterna e solidária. Sabemos da vontade que temos de servir e ficar ao lado dos colegas. E é esse sentimento, embalado por tudo que os ex-presidentes aqui presentes já fizeram, que me fez chegar até aqui. Por isso, este momento é de muita emoção”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

O desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, ressaltou a vocação do presidente Luiz Carlos para a liderança e sua capacidade de lidar com as diferenças. “A responsabilidade é grande e a Amagis é nossa trincheira de lutas. Por isso, é uma alegria para nós sabermos que essa Casa é presidida por um verdadeiro líder, que luta e se entrega por ela e que tem ao seu lado uma equipe forte e competente”, afirmou Nelson Missias.

Para o desembargador Carlos Roberto de Faria, os magistrados cultivam laços de fraternidade na Amagis. “A Magistratura é sinônimo de

FOTOS: BRUNO GONTIJO



Encontro com desembargadores demonstrou união em favor da Classe

humanidade. Por isso, é tão importante estarmos dentro dessa Casa para também praticarmos a fraternidade, pois somos um grupo não apenas de magistrados, mas de grandes e bons amigos”, disse.

A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, agradeceu a presença dos desembargadores e comentou o trabalho desenvolvido pela atual gestão. “O presidente já está implementando mudanças substanciais da Associação e o intuito é agregar cada vez mais os colegas. Contamos com todos vocês nesta jornada”, afirmou.

Durante o evento, o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, entregou ao presidente da Amagis um exemplar do livro “Caminhos e Contos - A ressocialização pela palavra”, lançado pela Escola no dia 7 de fevereiro.

Também participaram do encontro os desembargadores Bruno Terra Dias, Mau-

rício Torres Soares e Alberto Diniz, ex-presidentes da Amagis, o vice-presidente de Saúde da Associação, juiz Jair Francisco dos Santos, o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira, o diretor de Patrimônio da Amagis, desembargador Octavio Augusto De Nigris Bocalini, as desembargadoras Mariângela Meyer e

Paula Cunha e Silva, os desembargadores Antônio Armando dos Anjos, Ramom Tácio de Oliveira, Moacyr Lobato, Saldanha da Fonseca, Franklin Higino, Henrique Abi-Ackel Torres, Rinaldo Kennedy Silva, Amauri Pinto Ferreira, Alberto Henrique Costa de Oliveira, Rui de Almeida Magalhães, Fábio Torres de Sousa e José Luiz de Moura Faleiros (convocado).



Reunião foi marco no fortalecimento da Magistratura

Obras de Godofredo Rangel e Hermenegildo de Barros serão reeditadas

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Parcerias com a Ejef e Academia Mineira de Letras valorizam a produção cultural da Magistratura

Foram assinados convênios, pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, no dia 2 de fevereiro, para a reedição de obras de Godofredo Rangel e Hermenegildo de Barros, que foram magistrados e escritores.

Segundo o presidente Luiz Carlos, as publicações são uma forma de a Amagis reconhecer e incentivar a produção cul-

tural da Magistratura mineira, como tem feito com a revista MagisCultura. “A Associação tem todo o interesse no desenvolvimento e participação em iniciativas como essa, pois tem ao seu redor magistrados da ativa, inativa e familiares de associados que comungam e convivem com as artes”, afirmou.

Serão reeditados quatro romances de

Godofredo Rangel (Vida Ociosa”, “Falan-ge Gloriosa”, “Os Bem-Casados” e “A Filha”) e, de autoria Hermenegildo de Barros, serão publicadas as “Memórias do juiz mais antigo do Brasil”. A obra de Barros será reeditada em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), e as de Rangel incluirá a Academia Mineira de Letras (AML).

PROTAGONISMO CULTURAL

Amagis e IHGMG celebrarão centenário da Semana de Arte Moderna

Com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), a Amagis irá celebrar o centenário da Semana de Arte Moderna, realizada entre 13 e 17 de fevereiro de 1922, que revolucionou a produção artística do País, com reflexos em toda a sociedade brasileira.

A realização da atividade foi definida, no dia 21 de janeiro, durante reunião na

sede da Associação, da qual participaram o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende Santos, o ex-presidente da Amagis, desembargador Bruno Terra Dias, integrante a Comissão de Antropologia do IHGMG, o desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini, diretor de patrimônio da Associação, e o juiz Gustavo Moreira, da Comarca de Frutal (Triângulo Mineiro).

AMAGIS



Gustavo Moreira, Luiz Carlos, Bruno Terra e Octavio Boccalini

Segundo o presidente Luiz Carlos, a Amagis e o IHGMG, ao cumprirem sua função social no campo da cultura, atuam para que seus associados assumam a condição de protagonistas da preservação e do desenvolvimento cultu-

ral e civilizacional de Minas Gerais e do Brasil.

Além da comemoração da Semana de Arte Moderna, a Amagis e o IHGMG estudam a possibilidade de firmarem outras parcerias para a promoção de mais eventos culturais.



ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS

0800 242 2218
37 9 9827 5613
indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)

Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

INSTITUCIONAL

OITO MAGISTRADOS

TJMG empossa desembargadores

Em solenidade realizada no dia 31 de janeiro, na sede do TJMG, os magistrados Rui de Almeida Magalhães, Maria Cristina Cunha Carvalhaes, Fábio Torres de Sousa, Danton Soares Martins, Luzia Divina de Paula Peixôto, Cristiano Álvares Valladares do Lago, Âmalin Aziz Sant'Ana e Maria das Graças Rocha Santos, tomara posse como desembargadores do Tribunal.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, participou da cerimônia e, ao parabenizar os empossados, destacou que os novos integrantes do Tribunal que engrandecerão o Judiciário mineiro com sua competência.

Ao empossar os novos desembargadores, o presidente do TJMG, desembargador Gil-

RIVA MOREIRA/TJMG



Cerimônia seguiu os protocolos de prevenção à Covid-19

son Soares Lemes falou de sua satisfação em ver magistrados experientes, íntegros e operosos somando força aos Judiciário mineiro.

Gilson Lemes ressaltou que os empossados sustentam princípios do Tribunal como ética, respeito, transparência e produtividade.

JUBILEU DE OURO

Amagis apoiará 9º Congresso das Apacs

A Amagis apoiará a realização do 9º Congresso das Apacs, que será realizado no Sesc Venda Nova (Grande BH), dos dias 22 e 25 de junho, quando também será celebrado o Jubileu de Ouro das Apacs.

O apoio foi confirmado no dia 31 de janeiro, durante reunião entre o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), Valdeci Ferreira. No encontro, também foi discutida a parceria entre a Associação e Fraternidade para a divulgação e disseminação do método Apac.

AMAGIS



Valdeci e Luiz Carlos em defesa da humanização do sistema prisional

SOLIDARIEDADE

Associação doará R\$ 28 mil em cestas básicas

Com o apoio da Magistratura mineira, a Amagis irá doar R\$ 28.940,00 em cestas básicas para os atingidos das chuvas em Minas Gerais. O valor foi arrecadado por meio de campanha realizada pela Associação, de 9 a 18 de janeiro.

Para fazer a distribuição das cestas básicas, a Amagis conta com o apoio dos ma-

gistrados que atuam nas Comarcas do interior. Segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais (Cedec-MG), as chuvas intensas do início deste ano deixaram 402 cidades mineiras em situação de emergência. Ao todo, 48.607 pessoas foram desalojadas e outras 7.735 estão desabrigadas. Também foram registradas 25 mortes

em decorrência das chuvas.

Diante desse quadro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, divulgou, no dia 8 de janeiro, nota de solidariedade às vítimas e familiares das tragédias de Nova Lima (Grande BH), Capitólio (Região Oeste) e em outros municípios, e conclamou a Magistratura mineira a se solidarizar.

DESCANSO E LAZER

IZABELA MACHADO



Pesquisa visa ao aprimoramento dos serviços oferecidos aos associados

GESTÃO PATRIMONIAL

Amagis abre consulta sobre uso das colônias de férias

A fim de aprimorar a gestão das colônias de férias, a Diretoria da Amagis abriu consulta sobre uso das unidades de descanso e lazer oferecida aos magistrados e seus familiares.

A decisão foi tomada, no dia 17 de janeiro, durante reunião do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, com o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira.

Foi decidido que a Amagis irá aprofun-

dar a análise do funcionamento das colônias de férias, a fim de solucionar eventuais problemas e aprimorar as unidades e o atendimento oferecido aos magistrados. O objetivo da diretoria é incentivar o uso do espaço pelos associados, cuja frequência foi afetada pelas restrições da pandemia.

Os associados podem enviar as sugestões para Ouvidoria da Associação pelo e-mail ouvidoriadaamagis@amagis.com.br,

ou pelo QR Code no final desta matéria.

O desembargador Octavio Augusto De Nigris Bocalini, diretor de Patrimônio, o desembargador José Nicolau Masselli, o juiz José Martinho Nunes Coelho, diretor Tesoureiro, e a gerente do Departamento de Compras e Patrimônio, Mara Lúcia de Carvalho, também participaram da discussão.

SAIBA
MAIS



PESQUISA

Diretoria de esportes planejará calendário esportivo

A Diretoria de Esportes da Amagis, nomeada pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, no dia 18 de janeiro, realizará a partir deste mês o planejamento do calendário esportivo da Associação para este ano.

A organização das atividades será realizada com base na pesquisa promovida pela Diretoria de Esportes com associados, do dia 20

de janeiro a 7 de fevereiro. O planejamento levará em considerações questões como modalidades praticadas pelos associados e interesse na participação em torneios.

O objetivo da Associação, apoiada pela Diretoria de Esportes, é fortalecer a integração da Classe por meio do incentivo à prática esportiva, estimulando ao mesmo tempo bons hábitos de vida e a prevenção à saúde.

IZABELA MACHADO



Dirigentes farão cronograma a partir da pesquisa

A diretoria de Esportes é composta pelo desembargador Glauco Soares Fernandes (diretor de futebol), o juiz Thiago Grazziane Gandra (diretor de Esportes) e a juíza Cláudia

Helena Batista (Esportes Especializados). O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, desembargador Maurício Pinto Ferreira, também participou da reunião.

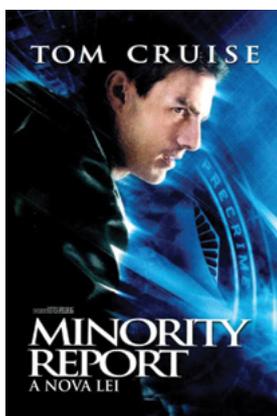
CURADORIA

DESEMBARGADOR
BRUNO TERRA DIAS

FILME

Minority Report

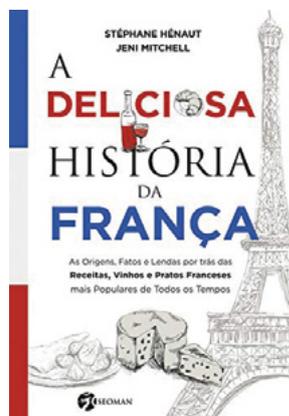
O filme faz uma análise muito interessante sobre a ânsia pela antecipação ao crime, na busca por mais segurança. Entretanto, essa preocupação segue o caminho do cientificismo e tecnicismo, que acabam por substituir o humano. Evidentemente, essa substituição apresenta problemas. Assim, precisamos compreender que o ser humano, mesmo com todas as suas falhas, é ainda o caminho mais seguro para uma sociedade livre e justa. *Minority Report* é estrelado por Tom Cruise, foi dirigido por Steven Spielberg. 2h25 de duração.

DESEMBARGADOR
ALBERTO DINIZ

LIVRO

A Deliciosa História da França

Gosto muito de literatura, de ler os clássicos e biografias. E como aprecio a culinária, recentemente li "A Deliciosa História da França". O livro foi escrito por um casal, um francês e uma americana. Eles contam um pouco da história da França junto à tradição da culinária francesa. É uma leitura muito agradável, por isso recomendo aos colegas. O livro é de autoria do francês Stéphane Hénaut e da americana Jeni Mitchell, foi editado pela Seoman e está disponível nas versões impressa e e-book.



Poeta do Kaos ainda influencia

TIAGO PARRELA

Do alto de seus 81 anos bem vividos, o cantor e compositor Jorge Mautner continua inspirando as novas gerações. Tanto é que a cantora carioca Cecília Beraba (31 anos) homenageia o compositor com disco de regravações do artista.

O artista possui obra vasta e importante com sua temática filosófica existencial de um mundo decaído em constante turbulência. No meio do caminho, buscou sempre se sustentar nos afetos e na força do próprio ser, sem deixar de dar, é claro, boas risadas sobre a condição humana.

Filho do Holocausto, poeta do Kaos, o vampiro Jorge Mautner é também autor de livros, como o "Deus da Chuva e da Morte", e de mais de 200 canções, onde expressa seu universo e visão de mundo. Controvertida ou não, é dele, sem a contaminação da indústria cultural ou do capital.

Acompanhado de seu singular violino e do parceiro musical Nelson Jacobina (já falecido), no violão, compôs um dos grandes

clássicos da música de quem tem arte, sucesso também nas vozes de Gilberto Gil e Chico Science: "Maracatu Atômico".

Além da admiração pelo trabalho do profético faquir em "Estrela da Noite", Cecília Beraba é parceira em mais de 30 músicas com Jorge Mautner, que participa do disco na faixa "Salto no escuro", música que compôs em disco de 1974.

Cecília disse o que mais a motivou a gravar esse disco. "Querida aquela força poética estonteante, surpreendente, que é tão característica da obra do Jorge. Fui escolhendo, dentre as mais diversas fases, as canções que mais me causam fascínio-espanto. "Olhar Bestial", "Menino Carnavalesco" e "Chuva Princesa" por exemplo, fazem parte do período expressionista Mautneriano, em que ele compunha com o bândolim, e que mostra a prevalência da emoção e do instinto sobre o óbvio racional", avaliou. O disco traz rock, tango, ska, samba, balada e gafeira.

1

FIQUE POR DENTRO

JOGO ABERTO

26 de dezembro de 2021 - Paulo César de Oliveira



“O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos (foto), que dirigirá a Amagis pelos próximos três anos, assume a presidência no dia 3 de janeiro, às 16h, na sede da associação. Também serão empossados os novos membros da diretoria executiva da Amagis e Amagis Saúde. A cerimônia de posse será transmitida ao vivo pelo canal da YouTube. (Foto reprodução internet)”

3

ENTREVISTA/LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

PRESIDENTE DA AMAGIS 2022-2024

Juiz destaca que independência será pauta prioritária da gestão, que começa em janeiro

Fortalecer e unir os magistrados

Genesio Pereira

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vai iniciar 2022 com uma nova presidente: o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vencedor de eleições realizadas em meio a uma eleição antecipada. Foi a independência dos magistrados que se tornou a pauta prioritária da gestão da entidade. Para isso, o novo presidente terá que trabalhar em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Poder Judiciário. O juiz também vai trabalhar para unir os magistrados mineiros e fortalecer a entidade. Isso será feito por meio de reuniões, eventos e ações de comunicação. O juiz também vai trabalhar para fortalecer a entidade. Isso será feito por meio de reuniões, eventos e ações de comunicação.



Quando a gente fala deste momento, em que a democracia passa por provações, temos que pensar que uma das primeiras preocupações da gestão é, exatamente, o cuidado do Poder Judiciário a partir da atuação independente e forte dos magistrados”

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

Como avalia o cenário entre os magistrados? Luiz Carlos Rezende e Santos afirma que a independência dos magistrados é uma das primeiras preocupações da gestão. Ele destaca que a atuação independente e forte dos magistrados é essencial para fortalecer a entidade e garantir a democracia.

5



27

2

05/01/2022 12:13

Luiz Carlos Santos é o novo presidente da AMAGIS - IBM

5 de janeiro de 2022 Últimos: Luiz Carlos Santos é o novo presidente da AMAGIS

f t w i b



COTIDIANO GENTE OPINIÃO POLÍTICA POLÍCIA ESPORTES CULTURA NEGÓCIOS SAÚDE AGRO REGIÃO CONTATO



Luiz Carlos Santos é o novo presidente da AMAGIS

2 de janeiro de 2022 admin 0 comentários

Compartilhe

O juiz bem-despachado Luiz Carlos Rezende e Santos toma posse nesta segunda-feira (31) como presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) para o biênio 2022-2024. Ele foi eleito dia 3 de dezembro juntamente com a nova diretoria da entidade.

Em discurso após a eleição, Luiz Carlos afirmou que “a maior vitória foi o fortalecimento da unidade e integração da magistratura mineira, do interior com o capital, do 1º com o 2º grau, dos advogados com os aposentados e pensionistas. Continuamos juntos. Unidos. Que Deus continue nos abençoando”.

Uma das maiores associações de magistrados estaduais do Brasil, a Amagis tem entre seus objetivos visar pela independência do Poder Judiciário, lutar pela melhoria dos magistrados e promover o compromisso da classe.

Em vídeo divulgado no YouTube após sua eleição, Luiz Carlos defendeu a formação continuada dos magistrados e disse que sua gestão vai “aprimorar o incentivo aos estudos permanentes de juizes e juizas, não apenas na área do Direito”.

Luiz Carlos é filho do também juiz Fernando Humberto dos Santos. Em 23 anos de carreira na magistratura foi juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça e do vice-presidente do TAMD. Assumiu cargos, designado pelo Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Polícia Civil e Policialística (CNPCP) e é membro da Corte Especial do TRF-4.

Sua posse será realizada dia 3 de janeiro, às 16h, em solenidade na sede da Amagis (Rua Abílio, 194, 2º andar, bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte), com transmissão ao vivo pelo canal da YouTube da associação. (BOM) - informações da Amagis / Foto: Eduardo Rocha

AGRO



Agro Condição

Produtor quer conectividade, preço justo e seguro rural, diz Patrick

15 de dezembro de 2021 admin 0

Compartilhe

Compartilhe! O zootecnista Borm-despachado Patrick Brauner Resende assumiu a presidência da Associação dos Síndicos Rurais do Oeste Mineiro para o biênio

4



PRESIDENTE DA AMAGIS ASSOCIAÇÃO TEM MUITO TRABALHO EM 2022

1 - BLOG DO PCO 26/12/21

2 - JORNAL DE NEGÓCIOS DE BOM DESPACHO 02/01/22

3- ENTREVISTA ESTADO DE MINAS 26/12/21

4 - BALANÇO GERAL 19/12/21

5- ENTREVISTA COLETIVA, DA TV BAND 11/12/21

PENSAMENTO JURÍDICO



Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação

VEJA OS PROGRAMAS



DESAFIOS DA AMAGIS

Nessa entrevista ao Pensamento Jurídico, o então presidente eleito da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o desembargador Alberto Diniz, então presidente da Associação, falam sobre os direitos e interesses da Magistratura mineira e a importância do associativismo para o fortalecimento da Classe. Quais são os legados da gestão anterior e os principais desafios da futura administração? (Foto)

DIA DOS APOSENTADOS

O Dia Nacional dos Aposentados foi comemorado no último dia 24 de janeiro, em homenagem à importância deles para toda a Magistratura e a sociedade. Como se preparar para a aposentadoria? Quais são as principais reivindicações deles? A vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, responde a essas questões.

CPP

O Código de Processo Penal completou 80 anos em outubro de 2021. Essa data redonda é algo para ser celebrado ou não? A longevidade seria um bom sinal para uma legislação ante uma realidade dinâmica? O desembargador Bruno Terra Dias, presidente da 6ª Câmara Criminal do TJMG e membro do Departamento de Ciências Penais do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, fala sobre o assunto.

ENCOR

Em dezembro, a Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), retomou as atividades presenciais com a realização do 30º Encor. O desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, fala sobre a importância dos encontros regionais para a capacitação dos magistrados.

DIREITO CANÔNICO

O Vaticano promoveu uma reforma histórica do Código de Direito Canônico. A primeira dessa envergadura em 40 anos. Uma das mudanças é a inclusão de artigo sobre a pedofilia, em especial sobre os abusos cometidos por sacerdotes. O ministro do TST Ives Gandra Filho e o padre Jefferson Antunes, mestre em Direito Canônico, analisam o impacto dessa reforma. (Foto/Reprise)

PIX É SEGURO?

Menos de um ano após seu lançamento, o PIX já representava mais da metade das transações bancárias. Isso atraiu a atenção de golpistas. O juiz Amaury Silva, da Comarca Governador Valadares (Vale do Rio Doce), e a gerente de Inovação e Tecnologia da Febraban, Carolina Sansão, falam sobre a segurança das transações bancárias com o uso do PIX. (Reprise)

DIREITOS DOS AUTISTAS

A Lei 12.764 determina que o autista seja considerado pessoa com deficiência. Para garantir esses direitos, a Defensoria Pública de Minas Gerais e o TJMG são parceiros no projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”. O juiz Leonardo Guimarães Moreira, do Juizado Especial da Comarca de Pedro Leopoldo (Grande BH), e o defensor público Luís Renato Braga Arêas abordaram o tema. (Reprise)

POLIAMOR

O que é o poliamor? Como o ordenamento jurídico brasileiro trata o assunto? Como o Judiciário tem decidido sobre o tema? O juiz Claudio Roberto Domingues Junior, da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Itaúna (Centro Oeste), e o advogado Otávio de Abreu Portes Junior, autor do livro “Poliamor – Visão Jurídica e Filosófica sobre as Uniões Simultâneas e Poliafetivas”, participaram do programa. (Reprise)

VIA JUSTIÇA



TV ASSEMBLÉIA
Sexta-Feira, às 23h
(Canais 11, 61.2 ou 35)

www.youtube.com/amagismg/videos

VEJA OS PROGRAMAS



Amagis Saúde envia carteiras da Cabesp aos usuários do plano



A Amagis Saúde deu início, no final de janeiro, ao envio das carteiras de identificação da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp) aos usuários do plano optantes pela modalidade Grupo de Estados.

O documento foi enviado pelos correios e, em função do atraso na entrega pela Cabesp, a Amagis Saúde disponibilizou o e-mail cadastro@amagis.com.br e o telefone (31) 3079-3482, para os usuários do plano que ainda não o tenham recebido e precisem realizar consultas e outros procedimentos médicos. A solicitação também pode ser feita

durante o plantão, pelo número (31) 99977-2860.

ECONOMIA

O plano orienta aos associados, que forem realizar algum procedimento por médico cooperado à Unimed-BH, a utilizarem a carteirinha da Amagis Saúde. Essa medida gera economia, pois não é cobrada a taxa administrativa de 17,7% paga para a Unimed.

A agilidade no atendimento é outra vantagem no uso da carteirinha da Amagis Saúde, uma vez que os procedimentos realizados pela Unimed precisam ser cadastrados no sistema da operadora para depois serem enviados e analisados pela Amagis Saúde.

A autorização prévia é dispensada pela Amagis Saúde quando o serviço prestado é inferior a R\$ 270,00 e não há Diretriz de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Para utilizar a carteira de identificação da Amagis Saúde, basta informar ao atendente que você pretende fazer o procedimento pelo plano, apresentar o documento de identidade com foto e a senha fornecida pelo médico da Unimed.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Édson Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:
SEGUNDA INSTÂNCIA
Édson Feital Leite
Marco Aurélio Ferenzini
Suplentes
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUIZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUIZES DO INTERIOR
Elexander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages
Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDORA DO AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

DICAS DA AMAGIS SAÚDE

Atualização cadastral

De acordo com exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o cadastro dos usuários dos planos de saúde e seus dependentes deve estar sempre atualizado. Além de evitar que penalidades possam ser aplicadas ao plano, ao atualizar seus dados, os associados da Amagis Saúde terão sua correspondência sempre regularizada, recebendo documentos como a carteira do plano e informações sobre eventos realizados pela Associação.

Por que atualizar?

Para receber documentos, comunicações, demonstrativos, carteiras de identificação, convites para eventos e correspondências da Amagis Saúde.

Quais dados precisam ser atualizados?

Endereço, telefones e e-mail. Dados pessoais dos associados titulares e dependentes como CPF e o nome dos pais também precisam estar corretos e completos no banco de dados do plano.

Como atualizar?

Pelos telefones (31) 3079-3482, com Eliete Guimarães, ou (31) 3079-3499, ramal 3421, com Rosângela Corrêa. A atualização dos dados cadastrais também pode ser feita no site amagissaude.com.br. O usuário deverá clicar na opção Fale Conosco, no menu principal, selecionar o setor Cadastro de Associados, preencher o formulário e depois clicar em enviar.

GESTÃO PARTICIPATIVA

Conselho Gestor define funções e diretoria

Em reunião realizada de forma híbrida (presencial e virtual), no dia 3 de fevereiro, o Conselho Gestor de Saúde definiu as funções da diretoria e a representação do plano junto à Agência Nacional de Saúde (ANS).

Na abertura do encontro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, destacou a importância da participação efetiva dos membros do Conselho nas reuniões da Amagis Saúde.

O vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos afirmou contar com o apoio de todos para uma gestão exitosa e o aprimoramento constante na excelência do atendimento da Amagis Saúde a seus beneficiários. Ele é o representante do plano legalmente junto à Agência Nacional de Saúde (ANS).

Ao definir sua composição, o Conselho Gestor reconduziu ao cargo de diretor de Saúde o desembargador Edison Feital Leite, e a permanência da

AMAGIS



Reunião da Amagis Saúde foi realizada no modelo híbrido

juíza Flávia Birchal de Moura para a função de diretora Financeira. O juiz Auro Aparecido Maia de Andrade foi nomeado ouvidor da Amagis Saúde.

No encerramento da reunião, o desembargador Alberto Diniz, ex-presidente da Amagis, desejou à

nova gestão uma administração próspera e afirmou confiar nos integrantes do Conselho Gestor, que, segundo ele, são magistrados competentes, comprometidos com o associativismo e o acolhimento dos associados.

Beneficiários da Amagis Saúde contam com **check-up gratuito e super completo,** que pode ser feito uma vez por ano, em qualquer mês.

Veja as regras no site da Amagis Saúde e agende o seu!

www.amagissaude.com.br



BOLETIM COVID

Critérios para a realização de testes de coronavírus

LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO, 10.06.2020

Com o aumento exponencial dos casos de Covid-19, causado pela variante Ômicron, A Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), divulgou nota técnica alertando para a importância da utilização criteriosa dos testes de detecção da Covid-19.

Para a realização do exame de RT-PCR, é preciso prescrição médica com a descrição dos sintomas da síndrome gripal: febre, dor de garganta, tosse, perda de paladar e de olfato, diarreia e dor no corpo.



O exame de sorologia deve ser realizado após o 8º dia de início dos sintomas, a partir de pedido médico, no qual deve constar os sintomas apresentados pelo paciente e a data de quando eles surgiram.

O teste rápido para Covid-19 passou a ter cobertura da Amagis Saúde a partir do dia 20 de janeiro, desde que tenha prescrição médica.

Diferenças da vacina infantil contra Covid-19

A vacina da Pfizer, aprovada Agência de Vigilância Sanitária para uso em crianças de 5 a 11 anos, tem diferenças das utilizadas em adolescentes e adultos. Veja abaixo quais são:

- O frasco da vacina infantil tem a tampa na cor laranja.
- A dose aplicada tem um terço do imunizante utilizado em adolescentes, sendo de 10 microgramas.
- A quantidade de diluente é de 1,3 ml. Nas vacinas para adolescentes é de 1,8 ml.
- A dose inoculada nas crianças é de 0,2 ml. A ministrada em outras faixas etárias é 0,3 ml.
- A seringa é de 1 ml, com agulha fina e deve estar preenchida em 20%.
- A concentração de RNA mensageiro é 80% menor em relação à vacina aplicada em adolescentes e adultos.

BOLETINS

CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E
ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.

SERVIÇO DE EXCELÊNCIA

FREEPIK.COM



Pela 11ª vez plano recebe nota máxima da ANS

A Amagis Saúde recebeu, pela 11ª vez, pontuação na faixa máxima do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) divulgado no dia 6 de janeiro, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com 0,8207 na avaliação geral, o plano da Magistratura mineira ficou acima da nota das operadoras em saúde do País, cuja média foi de 0,7989. O índice máximo a ser alcançado pelos planos é 1. Foram avaliados 246 planos de saúde em todo o território nacional.

Entre os fatores que influenciaram no bom resultado, estão a evolução dos índices de Qualidade em Atenção à Saúde, que avalia as ações de promoção, prevenção e assistência à saúde prestada, e o de Garantia de Acesso, que tem relação com a oferta de prestadores de serviço da rede credenciada.

A pesquisa de satisfação realizada pela Amagis Saúde com os usuários dos seus serviços, que tem confirmado a satisfação dos associados com o plano ano após ano, foi outro elemento importante para a avaliação positiva recebida pela Amagis Saúde.

Na avaliação dos índices de Sustentabilidade no Mercado, que considera o equilíbrio econômico-financeiro dos planos, e Gestão de Processos de Regulação, no qual é analisado o cumprimento das obrigações técnicas e cadastrais das operadoras junto à ANS, a Amagis Saúde recebeu a pontuação total.

O Programa de Qualificação de Operadoras de planos de saúde privados da ANS, que realiza o IDSS, avaliou a repercussão da pandemia de Covid-19

nas operadoras de saúde e considerou que os impactos não resultaram em perda da qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de saúde.

O cálculo do IDSS é feito a partir da análise de 32 indicadores definidos pela ANS, distribuídos em quatro grupos (atenção à saúde, garantia de acesso, sustentabilidade no mercado e processos de regulação), que refletem o desempenho das operadoras de saúde.

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADES	NOME DO PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
CONTAGEM	ANGIOLOGIA, DERMATOLOGIA, NEUROLOGIA, REUMATOLOGIA	PULSUS ELDORADO	RUA GRÉCIA, 69, GLÓRIA	(31) 2536-1800
IPATINGA	ANESTESIOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E COLOPROCTOLOGIA	NÚCLEO DIGESTIVO	RUA CEDRO, 230, HORTO	(31) 3668-6060
JUIZ DE FORA	FISIOTERAPIA	NÚCLEO PHYSIO PILATES E FISIOTERAPIA	AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 3231, SALA 703, CENTRO	(32) 3083-0282 (32) 99923-3064
POÇOS DE CALDAS	RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	CLÍNICA PIXEL DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	RUA NICO DUARTE, 964, VILA CRUZ	(35) 3722-1617
UBERLÂNDIA	PSICOLOGIA	MARIANA LINDOSO QUEIROZ	RUA AFONSO PENA, 547, SALA 115, CENTRO	(34) 99188-0855